DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

Demonstrações Financeiras 2021

CTG Brasil

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:32:54 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482DB29CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

Relatório Anual da Administração 2021

Senhores Acionistas e Debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. (“Companhia” ou “Rio Paraná”), subsidiária da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 15/87 e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel. As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Instrução CVM nº 381/03. Também em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa. O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico e muito desafiador. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes, registrando o pior cenário hidrológico dos últimos 91 anos (desde o início das medições). Além disso, verificou-se uma alta volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com alta dos índices de inflação e, também, das taxas de juros.

A Rio Paraná atuou desde o início dessa crise com extrema colaboração com os órgãos institucionais e responsabilidade no gerenciamento dos impactos nas operações das suas usinas. Estabelecemos o Comitê Interno de Crise para planejar as medidas a serem tomadas e articular o diálogo com as autoridades competentes na busca de soluções. Quando houve necessidade de reduzir paulatinamente a vazão na usina hidrelétrica (UHE) Jupiá, estruturamos uma rede de monitoramento envolvendo helicópteros, drones, barcos e equipes dedicadas (ações implantadas dentro da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Governo Federal – CREG).

A Companhia, pelo seu modelo de concessão, comercializa 70% da garantia física das suas usinas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por meio do regime de quotas e, nessa porção do portfólio, não enfrentou os efeitos do fator do risco hidrológico (GSF). Já na porção dos 30% da garantia física comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sofreu os impactos negativos do GSF e, também, da alta dos preços de energia no mercado de curto prazo (PLD), em virtude do acionamento pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) do parque de geração térmica dentro do contexto da escassez de chuvas.

Em termos de produção de energia, foram gerados 14,9 mil GWh no total bruto, representando uma redução de 30% na comparação com os volumes do ano de 2020.

Acerca dos indicadores financeiros, considerando os enormes desafios já mencionados, a Rio Paraná apresentou uma ótima performance de resultados. O Ebitda totalizou R$ 3,5 bilhões, representando um aumento de 24,0% na comparação com o ano anterior e o Lucro Líquido apurado foi de R$ 1,7 bilhão, 51,8% superior ao desempenho de 2020.

Um destaque positivo e que contribuiu para os resultados do ano de 2021 foi a conclusão do Acordo GSF. A partir da homologação dos valores pela Aneel e pela CCEE, foi possível o reconhecimento de um Ativo Intangível relativo à extensão do prazo de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá de aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida o lançamento no resultado de um efeito positivo não recorrente de R$ 147,9 milhões referentes à recuperação com custos incorridos com compra de energia nos anos anteriores.

O compromisso da Companhia com uma gestão sustentável de excelência foi reconhecido com a certificação da Rio Paraná nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). Essa conquista representa um marco na evolução de nossas práticas, um trabalho amparado na busca incessante pela melhoria contínua, na padronização de processos e no aprimoramento dos controles.

No âmbito das operações, um dos desafios foi a continuidade do projeto de modernização, com a conclusão de três unidades geradoras no ano e o início da substituição de 60 transformadores de correntes. Mantivemos todos os protocolos de distanciamento social e prevenção à Covid-19, garantindo também o isolamento entre as equipes do projeto e aquelas responsáveis pela Operação & Manutenção dos ativos.

O compromisso com a segurança, nosso valor número 1, impulsionou a elaboração do Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança, com ações estruturantes a serem implementadas até 2023. No ano, registramos seis acidentes, sendo todos eles sem a necessidade de afastamento dos profissionais envolvidos.

Também merece destaque no período o crescimento de 23,5% dos investimentos sociais da Companhia, direcionados a projetos selecionados pelo o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, as operações da Rio Paraná foram carbono neutro, com 100% de suas emissões diretas de gases de efeito estufa neutralizadas.

Consciente da responsabilidade que possui, uma vez que suas duas usinas são responsáveis por praticamente 3% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil, a Rio Paraná reafirma seu compromisso de gerar energia limpa para o país e continuar investindo na eficiência das suas operações, bem como na sustentabilidade de seu negócio, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Evandro Leite Vasconcelos

Presidente da Rio Paraná

Perfil da Companhia

A Rio Paraná controla e opera duas usinas hidrelétricas (UHEs) – Ilha Solteira e Jupiá – no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses ativos somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW, o que equivale a 2,8% da potência total instalada no Brasil.

A UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Possui 20 unidades geradoras e está localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Com 1.230 km2 de área de reservatório e 5,6 km de extensão de sua barragem, essa usina desempenha importante função no controle de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias), com 14 unidades geradoras, situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS) e dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Desde 2017, a Companhia vem conduzindo um projeto de modernização dessas usinas com investimentos da ordem de R$ 3 bilhões e que deverá ser concluído até 2038. Trata-se de um esforço sem precedentes no país, que modernizará as 34 unidades geradoras de energia, estendendo sua vida útil e servindo de referência para o setor elétrico brasileiro.

A Rio Paraná é uma subsidiária direta da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia do país. As atividades de suporte são realizadas pela CTG Brasil, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Adicionalmente, a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda., que possui sua sede e Centro de Serviços Compartilhados em Curitiba, prestou serviços à Companhia por meio de um Contrato de Prestação de Serviços, também aprovado pela Aneel, até novembro de 2021.

A estratégia da Companhia é norteada por quatro direcionadores, que foram definidos corporativamente pela CTG Brasil. O primeiro é a excelência operacional, que significa operar as usinas com os mais altos padrões de qualidade e segurança e conduzir todos os processos de acordo com as melhores práticas de mercado, buscando soluções simples e ágeis. O segundo é a disciplina financeira, no qual a Companhia deve estabelecer uma cultura de eficiência e austeridade, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor. O terceiro *driver* é a eficiência comercial, em que a Rio Paraná usará soluções inovadoras para otimizar a relação entre risco e retorno nas vendas de energia. E, por último, o crescimento sustentável, que sugere o desenvolvimento de competências e o uso das vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio.

Parque gerador da Rio Paraná

Nome	Entrada em operação	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWmed)	Vencimento da concessão
UHE Ilha Solteira	1973	3.444,0	1.731,5	2047
UHE Jupiá	1969	1.551,2	889,2	2047

Mapa de operações da Rio Paraná

Diretrizes de atuação

Definidos pela CTG Brasil em 2019 e aplicáveis à Rio Paraná, o Propósito (“Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala”) e os Valores (Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar) são ponto de partida para os instrumentos normativos da Companhia.

O Programa Corporativo de Compliance, aplicável à Rio Paraná, assegura o cumprimento dessas diretrizes e do Código de Ética e Conduta nos Negócios, por meio de um conjunto de iniciativas em capacitação e comunicação, investigação de denúncias e *due diligence* em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Com essa configuração, o Programa de Compliance torna-se aliado para a tomada de decisão informada, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas.

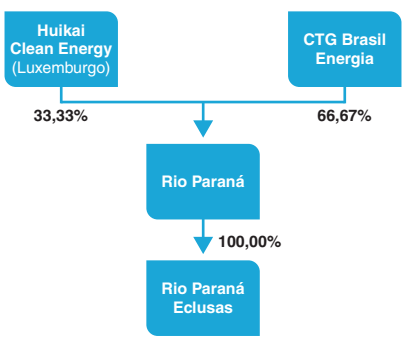
Os treinamentos de *compliance* abrangem 100% dos colaboradores. O Canal de Ética, aberto a todos os públicos da Companhia para o recebimento de denúncias, é gerenciado por empresa especializada e possui fluxo determinado para a adequada e imparcial investigação de todas as manifestações. Em relação às avaliações de fornecedores e parceiros, cabe destacar que essas análises envolvem não apenas a pessoa jurídica, mas também informações de base de dados públicas sobre os sócios que formam o capital da entidade.

Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Huikai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital. Em março de 2021, a Companhia concluiu seu processo de registro como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria “B”, equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante credores.

O Conselho de Administração da Rio Paraná é formado por seis membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário. Os integrantes da Diretoria Executiva são indicados pelo Conselho de Administração, cuja instalação ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária.

Estrutura Societária



Composição do Conselho de Administração da Rio Paraná

Nome	Cargo
Jianqiang Zhao	Presidente
Yujun Liu	Membro
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Membro
Jose Renato Domingues	Membro
Cao Xingyang	Membro
Zhigang Chen	Membro

Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paraná

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marcio José Peres	Diretor
Anderson Vitor Pereira Tonelli	Diretor
Cesar Teodoro	Diretor
Yan Yang	Diretor

Gestão de riscos e controles corporativos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO). A matriz de riscos da Companhia, definida corporativamente pela CTG Brasil em 2020, reúne 22 riscos, distribuídos em: Financeiros, Operacionais; de Mercado; de Compliance/Regulatórios; de Reputação; e Estratégicos.

- **Risco hidrológico** | A Rio Paraná minimiza sua exposição a esse risco, intrínseco ao setor de geração hidrelétrica, por meio da atuação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade hídrica e sugerem às áreas comerciais estratégias de proteção.
- **Riscos operacionais** | O Plano de Segurança de Barragens (PSB) abrange as duas usinas da Rio Paraná e inclui, entre outros instrumentos, o Plano de Ação de Emergência (PAE). Além disso, o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm) estabelecido nas operações define as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades, incluindo reuniões periódicas de divulgação aos públicos locais.
- **Riscos financeiros** | Uma parcela desses riscos é amparada por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando eliminar ou mitigar eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos e proteção de dados e responsabilidade cibernética. A gestão financeira é regida por políticas próprias, incluindo o monitoramento dos principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida.
- **Riscos de contraparte** | A Companhia monitora os *ratings* de crédito de todos os clientes do Mercado Livre através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e financeiras, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplência.
- **Riscos de conformidade** | A Companhia avalia continuamente os riscos de conformidade no contexto dos seus negócios e os endereça por meio do Programa Corporativo de Compliance, composto por ações de comunicação e treinamento, *due diligence* em processos de contratação (fornecedores e clientes), de M&A e de doação, investigação de denúncias recebidas pelo canal Linha Ética e análise de conflito de interesses, entre outros.

A Rio Paraná está envolvida na implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (Enterprise Resource Planning – ERP) da CTG Brasil, cuja primeira fase foi concluída em 2021. Até 2022, será concluída a segunda fase, com a entrada de módulos adicionais, sobretudo no âmbito de gestão de pessoas. Entre os principais ganhos obtidos com a iniciativa está a adoção de tecnologia de ponta, em linha com as melhores práticas de mercado.

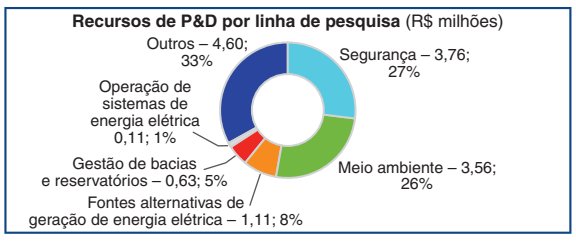
Inovação

Na Rio Paraná, as iniciativas de inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) estão direcionadas às alavancas de valor do negócio e os objetivos da estratégia corporativa. Em 2021, a Companhia revisou seus processos de seleção e priorização de projetos para investimentos, tendo como foco a estruturação de chamadas públicas, o alinhamento dos temas de pesquisa com a estratégia da Companhia e a interação contínua com o ecossistema de inovação.

Um dos destaques do período foi a continuidade de um projeto para a avaliação de desempenho de tecnologias fotovoltaicas. Maior iniciativa individual de P&D da Companhia, com R$ 8 milhões investidos, tem como diferenciais as parcerias estruturadas para sua implementação. Até 2022, a fase 1 do projeto avaliará as condições de produtividade de painéis fotovoltaicos bifaciais em cinco locais distribuídos pelo país, além de testar esses resultados em uma usina laboratório para avaliar sua aplicabilidade em larga escala.

Em 2021, os recursos aplicados em P&D da Companhia somaram R$ 13,7 milhões, montante 8% maior do que o verificado no ano anterior . Mais da metade desse total foi direcionado em projetos de meio ambiente e segurança. Para saber mais sobre os projetos no ano, clique aqui e acesse o site institucional da CTG Brasil.

Recursos de P&D por linha de pesquisa (R$ milhões)



Contexto regulatório

A crise hídrica sem precedentes vivenciada pelo Brasil em 2021, com os menores níveis de hidrologia desde o início das medições há 91 anos, afetou tanto as companhias do setor elétrico quanto as entidades reguladoras. Com o agravamento dos níveis dos reservatórios, o governo acionou o parque das termelétricas e atuou por meio dos ministérios, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a fim de mitigar os impactos da crise. A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) foi instituída pela Medida Provisória nº 1.055/2021 em junho de 2021 e vigorou até novembro de 2021, estabelecendo resoluções excepcionais para gestão da crise.

A Rio Paraná adotou desde o início uma postura de colaboração e responsabilidade para gerenciar os impactos da crise hídrica em seus negócios e contribuir com medidas que aliviassem o Sistema Interligado Nacional (SIN) como um todo. Corporativamente, foi instalado um Comitê de Crise para discutir as medidas a serem tomadas, formado por representantes de diversas áreas que avaliavam em conjunto as demandas do Ministério de Minas e Energia (MME), da Aneel, do ONS e da ANA.

Em alinhamento com essas entidades, a Companhia reduziu a vazão na usina Jupiá, tomando todos os cuidados para evitar impactos significativos ao meio ambiente. A Rio Paraná também manteve o diálogo amplo com as comunidades locais sobre os impactos nos reservatórios.

Também em razão das resoluções emitidas pela CREG, o nível do reservatório na usina Ilha Solteira foi reduzido a um patamar emergencial, porém em desacordo com a outorga emitida à época do licenciamento da unidade pela ANA. Em dezembro, um Termo de Compromisso tripartite, entre CTG Brasil (controladora da Rio Paraná), ONS e ANA, definiu medidas para restabelecer o nível do reservatório conforme a outorga até o fim de 2022, além de ações de mitigação e compensação a serem implementadas até essa data.

Outro marco que merece destaque em 2021 foi a homologação do Acordo GSF. Essa sanção deu solução definitiva às perdas financeiras das geradoras decorrentes de efeitos não hidrológicos incorporados ao Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF) ao longo dos anos. As empresas que aderiram ao Acordo quitaram seus débitos em aberto no mercado de curto prazo e obtiveram, como contrapartida, a extensão do prazo de concessão das usinas hidrelétricas (UHEs) elegíveis.

Os efeitos para a Rio Paraná não haviam sido considerados em 2020, pois a Companhia não dispunha de parâmetros para calcular previamente uma estimativa satisfatória dos valores de ressarcimento. O reconhecimento em 2021 envolveu a contabilização de um ativo intangível de R$ 147,9 milhões referentes à extensão das concessões das UHEs Ilha Solteira e Jupiá por aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida um efeito positivo no resultado como recuperação dos custos de compra de energia dos anos anteriores.

Conjuntura econômica e setorial

A pandemia de Covid-19 continuou a impactar a atividade econômica do Brasil em 2021, especialmente no primeiro semestre. Além dos seus efeitos, o país enfrentou um cenário de volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com destaque para a elevação da inflação e a consequente alta de juros. Conforme dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou expansão de 4,1% no período, considerando uma prévia do Banco Central, divulgada em 11 de fevereiro de 2022. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 9,25%, e a inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 10,06% – maior acumulado em um ano desde 2015 –, enquanto a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) foi de 17,78%.

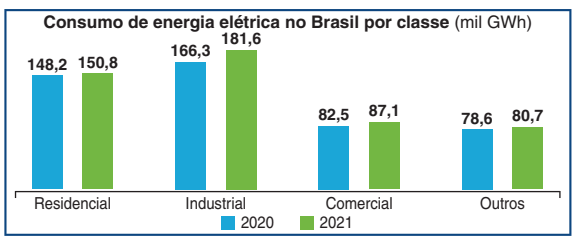
A valorização do dólar frente ao real alcançou patamares elevados e apresentou bastante volatilidade no decorrer do ano. Na comparação entre as posições finais dos dois anos, a cotação da moeda estrangeira passou de R$ 5,20 no final de 2020 para R$ 5,58 no fim de 2021. A Rio Paraná está exposta à variação cambial por conta da dívida mantida em dólar com a CTG Luxemburgo (partes relacionadas).

Indicadores macroeconômicos

%	2021	2020
IGP-M	17,78%	23,14%
IPCA	10,06%	4,52%
Taxa de câmbio (USD)	5,5805	5,1967
Taxa Selic	9,25%	2,00%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 500,2 mil GWh em 2021, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. Todas as classes registraram crescimento no período, merecendo destaque o setor industrial, com alta de 9,2%. Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que compram sua energia diretamente de geradores e comercializadores. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o mercado livre reunia mais de 9,8 mil consumidores, um aumento de 26% em relação a 2020.

Consumo de energia elétrica no Brasil por classe (mil GWh)



As usinas hidrelétricas, responsáveis por 58,1% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade, responsável pela coordenação e operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:33:06 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

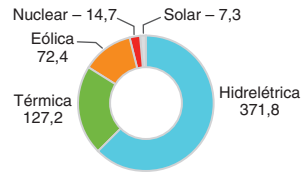
CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

… continuação do Relatório Anual da Administração 2021

As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2021, essas usinas foram responsáveis pela geração de 70% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). O acionamento mais intenso das térmicas, devido às condições hidrológicas, levou a um crescimento de 32% na geração dessa fonte.

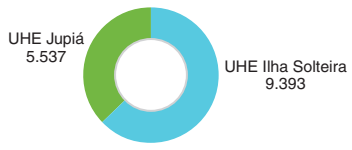
Energia gerada no SIN por fonte em 2021 (mil GWh)



Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 14.930,4 GWh em 2021, uma redução de 30% na comparação anual devido à severa crise hídrica vivenciada pelo Brasil no ano. A disponibilidade do parque gerador foi de 94,05%, sendo que as duas usinas estão acima dos índices de referência previstos na regulação do setor.

Produção de energia em 2021 (GWh)



Produção de energia

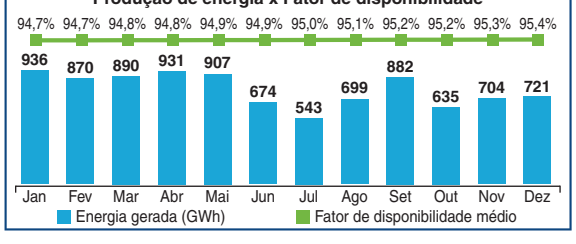
GWh	2021	2020	Variação (%)
UHE Ilha Solteira	9.393,2	13.522,5	- 30,5
UHE Jupiá	5.537,2	7.803,0	- 29,0
Total	**14.930,4**	**21.325,5**	**-30,0**

Índice de disponibilidade*

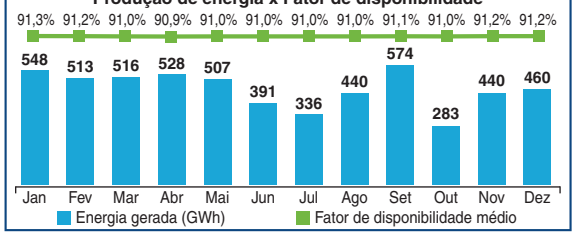
%	2021	2020	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,36%	94,44%	89,58%
UHE Jupiá	91,16%	91,44%	89,58%
Consolidado	**94,05%**	**93,51%**	**89,58%**

O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: ID = (1-TEIP)(1-TEIFa). Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

UHE Ilha Solteira
Produção de energia x Fator de disponibilidade

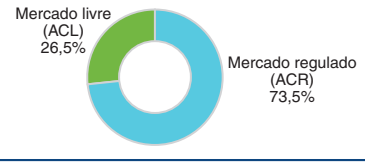


UHE Jupiá
Produção de energia x Fator de disponibilidade



As estratégias de comercialização e sazonalização mais uma vez se mostraram assertivas e mitigaram parte dos efeitos negativos da crise hídrica na porção do portfólio da Rio Paraná que é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A abordagem combinada de manter parte do portfólio descontratado e adquirir antecipadamente contratos para a compra de energia reduziram o impacto dos preços mais elevados no mercado de curto prazo, sobretudo no período seco do ano. A comercialização da energia gerada pela Companhia é realizada por uma área específica e cujos processos são certificados na ISO 9001. A Rio Paraná vendeu 19.664 GWh de energia no ano, sendo 73,5% direcionados ao mercado regulado e 26,5% ao mercado livre. Em junho, o lançamento da plataforma CTG Conecta permitiu aos clientes o gerenciamento, via portal on-line, dos contratos vigentes e do histórico de relacionamento com a Companhia. A plataforma também disponibiliza ao mercado mais um canal de comunicação com a equipe de comercialização para realização de novas contratações.

Energia vendida em 2021



Desempenho econômico-financeiro
Principais indicadores

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receita operacional bruta	3.859.202	3.719.556	3,8
Receita de ativos financeiros	918.556	417.969	119,8
(-) Deduções à receita operacional	(770.825)	(759.498)	1,5
Receita operacional líquida	**4.006.933**	**3.378.027**	**18,6**
(-) Custos e despesas operacionais	(772.717)	(803.339)	-3,8
Resultado de participação societárias	1.929	(433)	545,5
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**3.236.145**	**2.574.255**	**25,7**
Ebitda	3.503.839	2.826.498	24,0
Margem Ebitda (%)	87,4%	83,7%	3,7 p.p.
Resultado financeiro	(842.785)	(1.059.215)	-20,4
Resultado antes dos impostos	**2.393.360**	**1.515.040**	**58,0**
Lucro líquido do exercício	**1.723.580**	**1.135.361**	**51,8**
Margem líquida (%)	43,0%	33,6%	9,4 p.p..
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Ações em circulação	7.014.326	7.014.326	–
Lucro líquido básico e diluído por ação R$	0,24572	0,16186	51,8

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico em virtude das condições do cenário hidrológico. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes e, apesar de todos os esforços implementados pela Administração da Companhia para a mitigação de parte dos impactos, houve um acréscimo nos custos com compra de energia na comparação com o ano de 2020. Vale destacar que esse impacto ocorre na porção de 30% da garantia física da Companhia que é comercializada no ambiente de contratação livre. No ambiente regulado de quotas (70%) esse impacto não ocorre.

Um destaque positivo para a Rio Paraná no ano de 2021 foi a conclusão das discussões do setor em torno das questões envolvendo o Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF), que resultou na homologação dos valores apurados segundo a Lei nº 14.052 e a regulamentação Aneel nº 895/2020. Com essa homologação pela Aneel e CCEE, a Companhia reconheceu um Ativo Intangível relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde à compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse Ativo Intangível foi o efeito positivo no resultado com o registro de R$ 147,9 milhões a título de recuperação de custos com compra de energia.

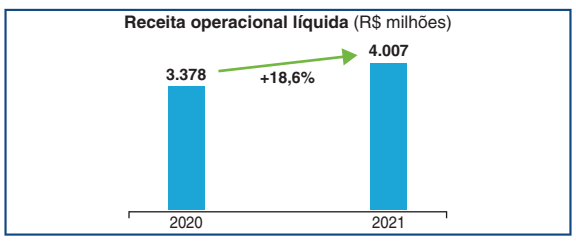
Receita

Em comparação com o exercício anterior, a Rio Paraná apresentou aumento de R$ 628,9 milhões, ou 18,6%, na receita operacional líquida.

Na receita operacional bruta, houve aumento tanto nas receitas no Ambiente de Comercialização Livre (ACL) quanto nas receitas provenientes do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR). Esse aumento deu-se basicamente pela elevação dos índices de atualização monetária, em ambos os casos, pela correção dos contratos bilaterais no ACL e pelo aumento no IPCA que é aplicado sobre a remuneração recebida pela Outorga no ACR.

Na receita de ativos financeiros, da mesma forma, o aumento deve-se à elevação do IPCA no ano de 2021 e o seu reconhecimento sobre o saldo a receber do Ativo Financeiro da concessão.

Receita operacional líquida (R$ milhões)



Custos e despesas operacionais

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Pessoal	(88.457)	(82.668)	7,0
Materiais	(11.296)	(12.541)	9,9
Serviços de terceiros	(60.829)	(60.323)	0,8
Energia comprada	(238.274)	(136.743)	74,2
Depreciação e amortização	(267.694)	(252.243)	6,1
Encargos de uso da rede elétrica	(162.410)	(150.518)	7,9
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(23.746)	(35.638)	-33,4
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.514)	(5.788)	-73,8
Seguros	(7.858)	(7.980)	-1,5
Aluguéis	(919)	(1.203)	-23,6
Provisões para riscos	(1.288)	(169)	662,1
Compartilhamento de despesas	(42.547)	(45.580)	-6,7
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	147.862	–	–
Outros	(13.747)	(11.945)	15,1
	(772.717)	**(803.339)**	**-3,8**

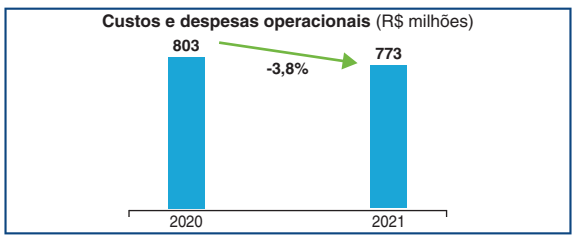
As despesas operacionais apresentaram, em 2021, uma redução de R$ 30,6 milhões, ou 3,8%, em relação a 2020. Na análise das variações, vale destacar:

• Recuperação de custos pela extensão do contrato de concessão pelo GSF: o montante de R$ 147,9 milhões foi reconhecido em agosto de 2021 como recuperação de custos com compra de energia, resultado da conclusão das discussões em torno da liminar do Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF), com a promulgação da Lei nº 14.052 e posterior regulamentação pela resolução Aneel nº 895/2020. Como contrapartida, foi reconhecido um ativo intangível relativo à extensão do contrato de concessão das usinas que, como previsto na lei, corresponde à compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado;

• Energia comprada: aumento de R$ 101,5 milhões basicamente em razão do cenário hidrológico do ano de 2021, em que o país enfrentou uma crise hídrica sem precedentes. Apesar das ações mitigatórias implementadas pela Administração, esse aumento se deu pela combinação de um pior fator de risco hidrológico (GSF) com o aumento no preço da energia no curto prazo (PLD);

• Depreciação e amortização: elevação de R$ 15,5 milhões em comparação com o período anterior, sendo o maior fator a amortização proveniente do Projeto de Modernização das usinas Ilha Solteira e Jupiá. Além disso, houve elevação de R$ 2,4 milhões devido ao início da amortização do novo Ativo Intangível proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF.

Custos e despesas operacionais (R$ milhões)



Ebitda e margem Ebitda

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	1.723.580	1.135.361	51,8
Imposto de renda e contribuição social	669.780	379.679	76,4
Resultado financeiro (líquido)	842.785	1.059.215	-20,4
Depreciação e amortização	267.694	252.243	6,1
Ebitda	**3.503.839**	**2.826.498**	**24,0**
Margem Ebitda (%)	*87,4%*	*83,7%*	3,7 p.p.

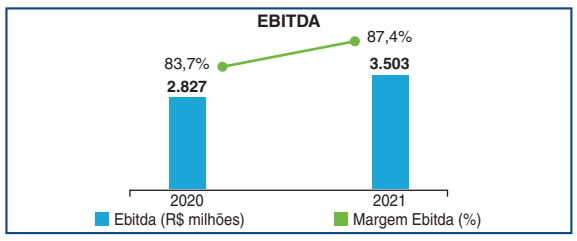
O Ebtida, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebtida fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebtida não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou, na comparação entre os anos de 2021 e 2020, um aumento de R$ 677,3 milhões, o que representa melhoria do desempenho de 24%. Acerca dessa variação positiva, vale destacar o efeito do aumento do IPCA na receita líquida da Companhia e o evento não recorrente em razão do reconhecimento da recuperação de custos com compra de energia pela extensão da concessão com a conclusão do Acordo GSF.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se o efeito não recorrente relativo à recuperação de custos mencionada anteriormente, o aumento do Ebitda seria de R$ 529,5 milhões, ou 18,7%.

EBITDA



Resultado financeiro

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receitas	553.418	707.671	-21,8
Despesas	(1.396.203)	(1.766.886)	-21,0
Resultado financeiro líquido	**(842.785)**	**(1.059.215)**	**-20,4**

O resultado financeiro líquido apresentado em 2021 foi negativo em R$ 842,8 milhões, representando uma melhora de R$ 216,4 milhões em relação ao ano de 2020. Acerca dessa variação, vale destacar as principais variações, conforme abaixo:

• Redução de R$ 798,8 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pelas amortizações do empréstimo ocorridas no exercício e pelo menor impacto da variação do real (R$) frente ao dólar (US$) no ano de 2021 (de R$ 5,1967 para R$ 5,5805, variação de 7,4%) frente ao ano de 2020 (de R$ 4,0307 para R$ 5,1967, variação de 28,9%);

• Queda de R$ 88 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo, também em razão da variação do real (R$) frente ao dólar (US$) e das amortizações do empréstimo ocorridas no período;

• Aumento de R$ 687,9 milhões na despesa de atualização monetária referente ao ajuste a valor presente do passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos, em virtude do aumento do IPCA na comparação entre os períodos.

Endividamento

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Debêntures	**1.396.413**	**500.057**	**179,3**
Curto prazo	120.441	–	–
Longo prazo	1.275.972	500.057	155,2
Empréstimos	**1.351.480**	**2.025.562**	**-33,3**
Curto prazo	676.480	675.562	0,1
Longo prazo	675.000	1.350.000	-50,0
Partes relacionadas	**3.244.771**	**3.625.934**	**-10,5**
Curto prazo	663.790	621.592	6,8
Longo prazo	2.580.981	3.004.342	-14,1
Caixa e equivalentes de caixa	**(449.152)**	**(167.446)**	**168,2**
Dívida líquida	**5.543.512**	**5.984.107**	**-7,4**

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2021, a dívida líquida apresentou uma redução de R$ 440,6 milhões em comparação com a posição final de 2020. Houve redução no saldo do empréstimo mantido pela Companhia com o Banco Mitsubishi, bem como redução no saldo do empréstimo mantido em dólares pela Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Em ambos os casos, a redução deu-se pelas amortizações ocorridas no exercício e pelos efeitos da variação cambial.

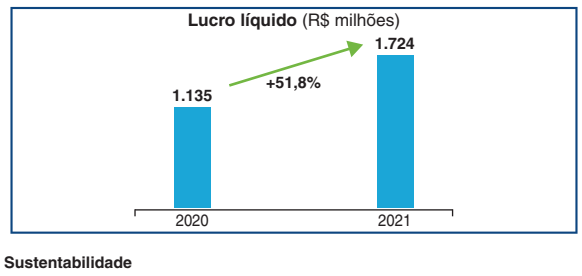
Em contrapartida às amortizações, houve a 2ª emissão de debêntures pela Companhia. Além disso, a Rio Paraná apresentou uma posição final de caixa maior do que a posição no final de 2020.

R$ mil (exceto quando indicado)	Remuneração	Vencimento	2021	2020	Variação (%)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/02/2023	3.244.771	3.625.934	-10,5
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	1.351.480	2.025.562	-33,3
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	248.742	239.476	3,9
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	298.303	260.581	14,5
Debêntures	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	162.795	–	–
Debêntures	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	686.573	–	–
			5.992.664	**6.151.553**	**-2,6**

Lucro líquido

Em um ano muito desafiador pelos diversos aspectos já mencionados anteriormente e devido a todos fatores já explanados, a Rio Paraná apresentou um ótimo desempenho de resultados. O lucro líquido fechou o ano em R$ 1.723,6 milhões, representando um aumento de R$ 588,2 milhões, ou 51,8%, em comparação com o desempenho apresentado em 2020.

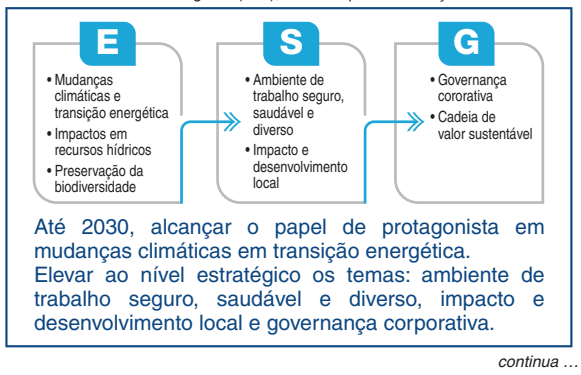
Lucro líquido (R$ milhões)



Sustentabilidade

Em 2021, foi conduzido um estudo de maturidade da gestão da Companhia sobre aspectos de sustentabilidade empresarial que culminou na definição de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Desde 2017, a atuação da Companhia é norteada pela Política Corporativa de Sustentabilidade da CTG Brasil, que define três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como prioritários para a Companhia: 7 – Energia acessível e limpa; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; e 15 – Vida terrestre.

Ainda no último ano, a Rio Paraná certificou suas duas usinas nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). A conquista coloca a Companhia em um patamar seleto de excelência do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI), atestado pela certificação nessas normas.



continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:33:25 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

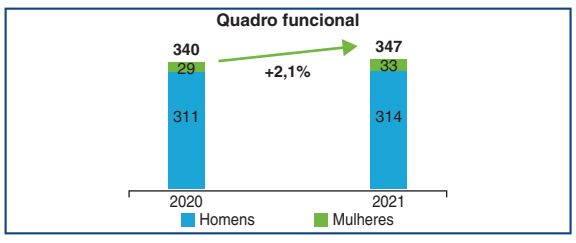
… continuação do Relatório Anual da Administração 2021

Principais indicadores de sustentabilidade

	2021	2020	Variação (%)
Ambiental			
Investimentos ambientais (R$ mil)	8.245	10.169	- 18,9
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO_2e)	847,4	515,8	- 64,29
Área reflorestada (hectares)	100	95	+ 5,3
Social			
Número de profissionais no quadro funcional	347	340	+ 2,1
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	1,15	0,00	–
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	3,77	4,35	- 13,3
Investimento social (R$ mil)	11.313	9.161	- 15,3%
Governança			
Número de membros do Conselho de Administração	6	5	+ 20,0%
Manifestações recebidas no Linha Ética*	48	64	- 25,0%
*Relatos recebidos pela CTG Brasil			

Pessoas

No encerramento de 2021, a Rio Paraná contava com 347 colaboradores (92% homens e 8% mulheres), além de 134 terceiros e 4 estagiários. Esse quadro funcional é 2,1% maior do que o do ano anterior, e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 7,2%.



O cuidado com as pessoas foi reforçado ao longo do ano, com um amplo trabalho de evolução da cultura de segurança, primeiro valor da Rio Paraná e da sua Controladora, a CTG Brasil. No início de 2021, um grupo de trabalho interno multidisciplinar definiu 50 iniciativas para a melhoria de gestão, merecendo destaque a revisão do procedimento de avaliação da criticidade das tarefas e a reformulação do modelo de contratação e gestão de empresas terceirizadas. Na sequência, um mapeamento mais abrangente sobre a maturidade de segurança da Companhia foi conduzido com o apoio de consultoria especializada, resultando na priorização de 32 ações no Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança da CTG Brasil. A implementação dessas iniciativas ocorrerá até 2023.

Em 2021, a Companhia também lançou o Programa Mais Energia, voltado ao conceito de saúde integrada com o olhar para quatro pilares: físico, mental/emocional, financeiro e social. Outro avanço foi o aprimoramento do processo de avaliação dos colaboradores para o Ciclo de Gestão de Pessoas, trazendo uma visão expandida de gestão de pessoas que engloba desempenho, avaliação de competências, sucessão e recompensa, além do viés de desenvolvimento e protagonismo de carreira. A Academia CTG Brasil, que beneficia todos os profissionais da Rio Paraná, ampliou o número de Trilhas de Conhecimento disponíveis ao público interno, de 86 para 103 de um ano para o outro.

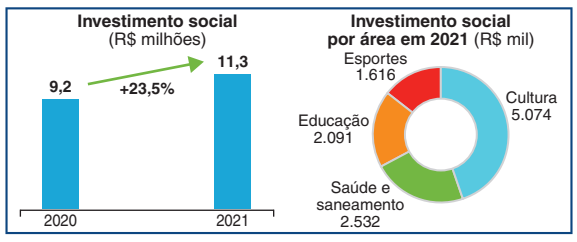
Os protocolos de saúde e segurança para evitar a disseminação da Covid-19 nas operações foram mantidos, e o retorno ao trabalho presencial para as atividades administrativas foi iniciado no fim do ano, em modelo híbrido.

Em 2021, a Companhia registrou um acidente com colaborador e cinco ocorrências sem afastamento envolvendo contratados, sendo que em nenhum deles houve afastamento.

Comunidades

A estratégia de atuação da Rio Paraná para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estão instalados seus ativos é direcionada para o fomento à geração de renda, por meio do emprego e do empreendedorismo. Esse viés de atuação social complementa a visão da Companhia de ser agente de transformação social, atuando em parceria com entidades locais em prol do desenvolvimento regional.

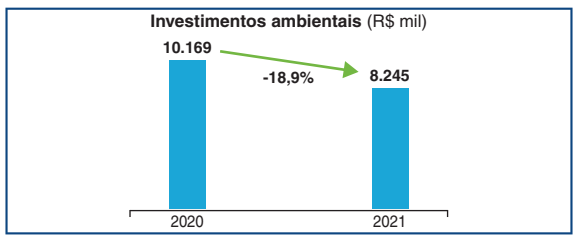
Ainda no último ano, o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local, promovido corporativamente pela CTG Brasil, recebeu inscrições de 161 projetos e destinou R$ 11,3 milhões em recursos oriundos da Rio Paraná a 19 projetos selecionados de acordo com critérios técnicos.



Outro destaque de 2021 foi o início da instalação, na região das usinas da Rio Paraná, da sinalização de emergência de rotas de evacuação nas Zonas de Autossalvamento (ZAS), como uma das etapas de implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) das barragens. Também realizamos a instalação de 221 novos instrumentos de auscultação e iniciamos o processo de automação para as UHEs Ilha Solteira e Jupiá.

Meio ambiente

A gestão ambiental da Rio Paraná atua de maneira sistêmica sobre todos os potenciais impactos de suas operações, tanto dentro das usinas quanto em seu entorno. Em 2021, a Companhia investiu R$ 8,2 milhões em iniciativas ambientais.



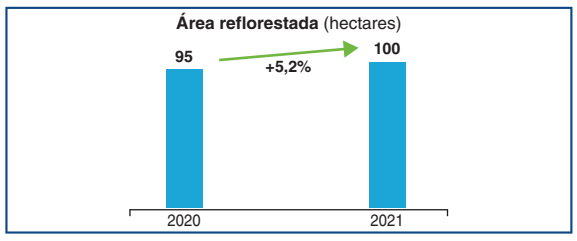
Pelo segundo ano consecutivo, a Rio Paraná publicou o inventário de gases de efeito estufa (GEE), consolidado com as demais empresas da CTG Brasil, no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol com Selo Ouro (auditado). As 847,4 toneladas de CO2 equivalente geradas diretamente pela Companhia e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário – que tem ano-base 2020 – foram neutralizadas com a adesão da Companhia ao projeto REDD+ Jari-Amapá.

Inventário de emissões de GEE da Rio Paraná

tCO_2e	2021 (ano-base 2020)	2020 (ano-base 2019)
Escopo 1	672,3	467,1
Escopo 2	175,1	48,7
Escopo 3	51,6	906,7

No entorno das usinas, merecem destaque as iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como a reposição de peixes nos rios e o plantio de reflorestamento. Anualmente, é realizada a soltura de 2,1 milhões de alevinos, além de serem mantidos programas de monitoramento de ictiofauna e fauna silvestre que ocorrem nos entornos dos reservatórios.

Em 2021, a Companhia promoveu o plantio de 56,6 mil mudas em uma área de 100 hectares. O programa que estimula a conservação em propriedades de terras vizinhas às por meio da doação de mudas florestais nativas distribuiu 18 mil mudas no período. Em relação à proteção de espécies, a Rio Paraná gerencia o centro de conservação de fauna silvestre instalado no entorno da UHE Ilha Solteira, que abriga cerca de 420 animais.



Auditores independentes

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que pode ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

Balanços Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	449.152	167.446
Clientes	6	325.541	482.974
Tributos a recuperar	7	4.633	4.618
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	1.119.444	1.201.356
Partes relacionadas	20	60.537	–
Serviços em curso		33.829	17.896
Despesas antecipadas		4.501	6.099
Outros créditos		10.180	9.784
Total do ativo circulante		**2.007.817**	**1.890.173**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes	6	134	–
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	10.290.980	9.290.512
Depósitos judiciais	8	493.870	477.820
Despesas antecipadas		99	781
		10.785.083	**9.769.113**
Imobilizado	10	37.315	11.108
Intangível	11	6.512.124	6.331.971
Total do ativo não circulante		**17.334.522**	**16.112.192**
Total do ativo		**19.342.339**	**18.002.365**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	12	86.436	82.132
Salários, provisões e contribuições sociais		20.325	19.740
Tributos a recolher	7	287.939	212.983
Encargos setoriais	13	53.133	45.325
Empréstimos	14	676.480	675.562
Debêntures	15	120.441	–
Dividendos	17	9.351	–
Juros sobre capital próprio (JSCP)	18	340.000	569.950
Partes relacionadas	20	669.253	628.168
Provisões para grandes reparos	19	267.280	67.135
Provisões para riscos	16	1.053	816
Outras obrigações		1.779	2.251
Total do passivo circulante		**2.533.470**	**2.304.062**
Não circulante			
Tributos diferidos	25.2	972.416	703.116
Encargos setoriais	13	36.487	44.020
Empréstimos	14	675.000	1.350.000
Debêntures	15	1.275.972	500.057
Partes relacionadas	20	2.580.981	3.004.342
Provisões para grandes reparos	19	1.642.613	1.389.292
Provisões para riscos	16	164.615	156.438
Outras obrigações		4.522	4.969
Total do passivo não circulante		**7.352.606**	**7.152.234**
Total do passivo		**9.886.076**	**9.456.296**
Patrimônio líquido	21		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		413.201	327.022
Reserva de lucros		2.394.045	1.570.030
Total do patrimônio líquido		**9.456.263**	**8.546.069**
Total do passivo e patrimônio líquido		**19.342.339**	**18.002.365**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	22	**4.006.933**	**3.378.027**
Custos operacionais			
Pessoal		(69.456)	(66.301)
Material		(11.084)	(12.487)
Serviços de terceiros		(52.891)	(52.274)
Energia comprada	23.2	(238.274)	(136.743)
Depreciação e amortização		(265.696)	(250.253)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(162.410)	(150.518)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(23.746)	(35.638)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.514)	(5.788)
Seguros		(7.594)	(7.757)
Aluguéis		(695)	(952)
Provisões para riscos		(1.288)	(169)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	11.2	147.862	–
Outros		(3.021)	(4.295)
		(689.807)	**(723.175)**
Resultado bruto		**3.317.126**	**2.654.852**
Outros resultados operacionais			
Pessoal		(19.001)	(16.367)
Material		(212)	(54)
Serviços de terceiros		(7.938)	(8.049)
Depreciação e amortização		(1.998)	(1.990)
Seguros		(264)	(223)
Aluguéis		(224)	(251)
Compartilhamento de despesas	20.3	(42.547)	(45.580)
Outros		(10.726)	(7.650)
		(82.910)	**(80.164)**
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		1.929	(433)
		1.929	**(433)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**3.236.145**	**2.574.255**
Resultado financeiro	24		
Receitas		553.418	707.671
Despesas		(1.396.203)	(1.766.886)
		(842.785)	**(1.059.215)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.393.360**	**1.515.040**
Imposto de renda e contribuição social	25		
Corrente		(400.480)	(335.735)
Diferido		(269.300)	(43.944)
		(669.780)	**(379.679)**
Lucro líquido do exercício		**1.723.580**	**1.135.361**
Lucro líquido básico e diluído por ação	26	0,24572	0,16186

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas: Legal	Reservas: Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.649.017**	**327.022**	**1.570.030**	**–**	**8.546.069**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.723.580	1.723.580
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Transferência entre reservas	–	86.179	1.228.050	(1.314.229)	–
Dividendos intermediários	–	–	(404.035)	–	(404.035)
Dividendos propostos	–	–	–	(9.351)	(9.351)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(400.000)	(400.000)
	–	86.179	824.015	(1.723.580)	(813.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.649.017**	**413.201**	**2.394.045**	**–**	**9.456.263**

	Capital social	Reservas: Legal	Reservas: Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.649.017**	**270.254**	**917.563**	**–**	**7.836.834**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.135.361	1.135.361
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Transferência entre reservas	–	56.768	696.593	(755.361)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(380.000)	(380.000)
Baixa imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(46.126)	–	(46.126)
	–	**56.768**	**652.467**	**(1.135.361)**	**(426.126)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.649.017**	**327.022**	**1.570.030**	**–**	**8.546.069**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.723.580**	**1.135.361**
Resultado abrangente do exercício	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**1.723.580**	**1.135.361**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:33:38 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.393.360	1.515.040
Ajustes em:			
Depreciação e amortização		267.694	252.243
Equivalência patrimonial		(1.929)	433
Apropriação de juros sobre empréstimos	14.4	73.461	77.724
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	20.4.1	177.044	265.049
Apropriação de juros sobre debêntures	15.2	7.464	–
Amortização de custos de transação	15.2	217	–
Provisão de juros e atualização monetária de ativos financeiros	9.1.2	(1.992.571)	(1.429.643)
Atualização da provisão para grandes reparos	19.2	803.317	592.222
Amortização ajuste a valor presente provisão de grandes reparos	19.2	(392.367)	(869.183)
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(15.996)	(11.738)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	20.4.1	228.637	1.027.438
Provisão para riscos	16.1.2	1.288	169
Variação monetária sobre provisão para riscos	16.1.2	7.126	4.405
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	1.5	(147.862)	–
Variação nos ativos:			
Clientes		157.299	(108.057)
Despesas antecipadas		2.280	(38)
Depósito judicial		(54)	(12)
Serviços em curso		(15.933)	(10.946)
Ativo financeiro vinculado à concessão		1.074.015	1.011.674
Baixas no ativo imobilizado e intangível		401	7.228
Outros créditos		988	(10.724)
Variação nos passivos			
Fornecedores		4.304	(44.409)
Encargos setoriais		275	16.733
Provisões para grandes reparos	19.2	(253.269)	(244.177)
Partes relacionadas		(41.085)	–
Salários, provisões e contribuições sociais		585	1.512
Provisões para riscos		(43)	(386)
Capitalização de debêntures		116.580	37.510
Impostos, taxas e contribuições		(47.237)	(168.195)
Outras obrigações		(19.512)	191
Caixa gerado nas operações		**2.386.501**	**1.912.063**
Pagamento de juros sobre debêntures	15.2	(50.982)	(24.929)
Pagamento de juros sobre empréstimos	14.4	(72.543)	(78.793)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	20.4.1	(179.222)	(354.533)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(338.302)	(229.057)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**1.745.452**	**1.224.751**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(30.808)	(30.156)
Recebimento na venda de imobilizado		592	1.677
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(30.216)**	**(28.479)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures	15.2	845.000	–
Custo de transação pela emissão de debêntures	15.2	(21.923)	–
Pagamento de dividendos		(404.035)	(210.082)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(569.950)	(359.771)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	20.4.1	(607.622)	(917.600)
Pagamentos de principal sobre empréstimos	14.4	(675.000)	(675.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(1.433.530)**	**(2.162.453)**
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**281.706**	**(966.181)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167.446	1.133.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		449.152	167.446
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**281.706**	**(966.181)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receitas	22		
Venda de energia e outros serviços		2.014.362	1.944.822
Receita de ativos financeiros		1.992.571	1.433.205
		4.006.933	**3.378.027**
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede		(441.845)	(320.606)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		147.862	–
Materiais e serviços de terceiros		(114.710)	(118.428)
Outros custos operacionais		(22.300)	(18.707)
		(430.993)	**(457.741)**
Valor adicionado bruto		**3.575.940**	**2.920.286**
Depreciação e amortização		(267.694)	(252.243)
Valor adicionado líquido produzido		**3.308.246**	**2.668.043**
Equivalência patrimonial		1.929	(433)
Outras receitas financeiras		556.076	709.182
Valor adicionado recebido em transferência		**558.005**	**708.749**
Valor adicionado total a distribuir		**3.866.251**	**3.376.792**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		47.122	42.008
Benefícios		16.540	17.673
FGTS		3.547	3.480
Provisão para gratificação (bônus)		221	502
Participação nos resultados		8.924	7.944
		76.354	**71.607**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		644.761	364.814
Estaduais		142	646
Municipais		24.162	36.049
		669.065	**401.509**
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis		1.115	1.438
Outras despesas financeiras		1.396.137	1.766.877
		1.397.252	**1.768.315**
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio		400.000	380.000
Dividendos		9.351	–
Lucros retidos		1.314.229	755.361
		1.723.580	**1.135.361**
Valor adicionado distribuído		**3.866.251**	**3.376.792**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou "Companhia" ou "Rio Paraná") é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e (UHE) Ilha Solteira.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual, com atualização a partir de julho, cujo reajuste em 2021 foi de 8,35%. Nos termos do Contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação obedece ao percentual de 70%, podendo a Companhia comercializar os 30% restantes no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme mencionado na nota 2.6.2, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

Em 2 de março a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do Ofício 23/2021, deferiu o pedido de registro da Companhia como categoria B.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R$ 525.653, em virtude de:

- Constituição de Juros sobre capital próprio;
- Reclassificação do AVP de provisão para grandes reparos entre o passivo não circulante e o passivo circulante;
- Transferência do não circulante para o circulante referente ao principal da 1ª emissão de debêntures série 1.

Está planejado A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão

1.2.1. Direitos do Contrato de Concessão

Referem-se ao direito da concessionária de explorar as usinas ao longo do contrato de concessão, e foi constituído considerando bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 conforme nota explicativa 9. A amortização é registrada ao longo do prazo do Contrato de Concessão.

A parte remanescente da remuneração paga pelo Contrato de Concessão da Companhia foi registrada como um Ativo Intangível, uma vez que a Companhia receberá parte da remuneração a partir de comercialização no mercado livre junto a empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas.

1.2.2. Contrato de Concessão

O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.

De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.

O modelo do Contrato de Concessão da Rio Paraná corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:

O Ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;

Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de comercializar no mercado livre e cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

De acordo com a REH 2.919/2021, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia, houve prorrogação do prazo de concessão na média de aproximadamente 10 meses.

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão	Vencimento concessão (*)
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	889,2	05/01/2016	02/07/2046	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	02/07/2046	18/04/2047
					4.995,2	**2.620,7**			

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.919/2021.

1.3. Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupiá em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupiá auferirá um ganho de 18,3MWmed.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 (catorze) máquinas entrarem em operação após a modernização (conforme nota explicativa nº 19) mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da Aneel (com homologação as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de GF definidas na Portaria).

1.4. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Projeto de Lei (PL) 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MPV 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 14 de dezembro de 2021 a Comissão Especial do PL 1917/2015, que também trata de temas relacionados à modernização do setor, aprovou o relatório do projeto. Os principais temas aprovados no texto são: abertura total do mercado em até 72 meses, separação de lastro e energia, formação de preço, garantias financeiras, novas regras para prorrogação das concessões.

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a MPV nº 998/2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

1.5. Fator de ajuste de energia – Generation Scaling Factor — (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoelétricas ao máximo. O que fez com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingisse seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/2020 que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;

ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);

iii. geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Ainda de acordo com a Lei nº 14.052 e regulamentação Aneel 895/2020, foram homologados em agosto de 2021, pela Aneel, os valores divulgados em março, ressarcindo as usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre. Como efeito, após deliberação em RCA datada de 30 de setembro de 2021, foi reconhecido um acréscimo de R$ 147,8 milhões em seu Ativo Intangível em contrapartida à conta de Recuperação de Custos, no resultado. Esse valor representa uma extensão aproximada de 10 meses nos contratos de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá após aprovações de acordo com a governança do Grupo.

1.6. Redução da defluência das UHEs Jupiá e Ilha Solteira

A situação hidrológica na qual se encontravam as bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN) no final do 1º trimestre de 2021, caracterizada como a pior do histórico de 91 anos para a bacia do Rio Paraná motivou a solicitação em 22 de março, pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), de flexibilização da vazão defluente mínima estabelecida para a UHE Jupiá, com o objetivo de contribuir para a preservação dos estoques armazenados em reservatórios de cabeceira do rio e manutenção da segurança hídrica da bacia. A previsão de condições desfavoráveis para o período seco levou a nova solicitação do ONS, em 07 de maio, para que fosse avaliada a possibilidade de a Companhia aumentar a amplitude dos testes de forma a praticar defluências inferiores a 3.200m³/s, na direção de 2.500m³/s.

Em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de 27 de maio, foi reconhecida a importância da implementação das flexibilizações das restrições hidráulicas de algumas usinas hidrelétricas, dentre elas, as UHEs Jupiá e Ilha Solteira. Diante disso, em 01 de junho, foi publicada a Resolução da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 77, que reconhece a situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná até 30 de novembro de 2021 e subsidia a adoção de medidas temporárias para assegurar os usos múltiplos da água e buscar a segurança hídrica.

Em 11 de junho de 2021, a Portaria nº 524 foi publicada determinando início imediato da realização de testes de redução de defluência mínima praticada na UHE Jupiá, até atingir o valor de 2.300 m³/s de forma estável, a partir de 1º de julho de 2021.

Com o objetivo de melhorar as condições de geração hidrelétrica em Ilha Solteira, em 21 de junho, a ANA publicou a REN 84/2021, autorizando a operação excepcional do reservatório da hidrelétrica Ilha Solteira, mantendo um nível igual ou superior a 325,00 m entre 1º de julho e 6 de agosto.

Na sequência, em 28 de junho, foi publicada a MPV 1.055, instituindo a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos, sendo que em 08 de julho a Câmara fixou, dentre outras decisões, as cotas mínimas de operação para o reservatório da usina de Ilha solteira.

De agora em diante, deverão ser aprofundados os estudos pelo ONS, em conjunto com a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios dessas usinas e encaminhar para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da operação.

1.7. COVID-19

1.7.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

Diante do cenário desafiador e incerto imposto pela pandemia do Covid-19, o Grupo, do qual a Companhia faz parte, implantou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu e acompanhou o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível.

A partir disso, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar visando garantir a correto tratamento ao profissional. Em complemento à estas ações, foi implementado o processo de testagem PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades.

Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações cientificas, assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas científicas no Brasil.

Entre outras ações práticas, intensificou as medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio.

Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios do Grupo foram retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que acessarão a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisitando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos recursos em termos de tempo de suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi amenizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético do Grupo. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e demais reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.7.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a MPV nº 950/2020 regulamentada pelo

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:33:49 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

… continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras. Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento, com a presente obrigação a Companhia repassou o valor de R$ 1.299 referente ao período de 01 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2021 e a partir do mês de Fevereiro de 2021 deverá repassar o percentual de 30% dos recursos de P&D para CDE, conforme despacho nº 904 de 30 de março de 2021.

1.8. Crise Hídrica

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e, diante desse cenário, diversos reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

Os sistemas do Sudeste (onde se localizam as usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hidrológica, e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos baixos níveis de afluência no último período, em comparação aos níveis históricos, preocupou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou no terceiro trimestre o despacho de todo parque de usinas térmicas disponíveis.

Dentro desse contexto, os preços de energia (PLD) atingiram o teto estabelecido pela Aneel (R$ 583,88/MWh) ao longo do período seco, além do GSF apurado em patamares muito aquém do estimado, que gerou um aumento muito além do previsto na linha de custo de compra de energia.

Em razão da crise hídrica, em 01 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná. Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, foram aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da programação da geração.

Diante do cenário instalado, foi criado, pela CTG, grupo ao qual a Companhia faz parte, uma equipe de Crise composto pelas áreas Jurídica, Regulatória, Meio Ambiente, Engenharia da Operação e Comunicação, cujo objetivo é otimizar os recursos disponíveis para mitigar os efeitos desse momento desafiador em razão da escassez hídrica. Esse grupo segue acompanhando e participando das iniciativas, que zelam pela continuidade do negócio, como atendimento aos compromissos assumidos para manutenção da concessão, preservação da imagem da companhia e seus administradores e divulgações aplicáveis e cumprindo as determinações regulatórias com o objetivo de conter os impactos da estiagem, bem como o impacto em suas operações e nas informações contábeis.

A situação hidrológica apresentou melhoras significativas a partir de outubro, mas os níveis de reservatório seguem críticos e a operação do sistema e as consequências desta operação sobre os resultados da Companhia seguem sendo monitorados de perto pela CTG.

1.9. Atualização da RAG ciclo 2021/2022

Foi publicada em 22 de julho de 2021 Resolução homologatória nº 2.902/2021 para a RAG referente ao período de julho/2021 até junho/2022, com reajuste de 9,07%, sendo que houve um acréscimo de R$ 19,5 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (AjI) que afere o padrão de qualidade da UHE, devido aos bons índices de disponibilidade (dezembro/2020) das UHEs Ilha Solteira (94,36%) e Jupiá (91,42%), resultado da eficiente gestão das usinas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foi preparada de acordo com pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.5.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

iv. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2)
v. Vida útil de ativos de longa duração (nota explicativa nº 11)
vi. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 16)
vii. Provisão para grandes reparos (nota explicativa nº 19)

2.6. Base de Consolidação

2.6.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.6.2. Demonstrações financeiras consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A. (montante de R$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados. O contrato foi firmado em 30 de agosto de 2018 com duração prevista de 5 anos. Nos termos desse contrato, as receitas pelos serviços prestados são faturadas diretamente para o DNIT e a principal obrigação assumida pela Companhia compreende a operação do sistema de transposição de desnível da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Souza Dias.

Conforme ofício nº 45211/2021 emitido pelo DNIT no dia 09 de abril de 2021, a partir de 12 de abril de 2021 a empresa Rio Paraná Eclusas S.A. foi notificada pela paralisação da prestação de serviços do sistema de transposição de desnível da UHE Engenheiro Sousa Dias.

A Controlada aguarda pela negociação da rescisão do contrato vigente junto ao DNIT.

A partir da solução dessas pendências e do encerramento deste contrato, a Administração deve seguir com a incorporação da entidade jurídica, após a integração das atividades, os ativos e passivos residuais serão tratados e/ou recebidos pela Companhia.

Seguem abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2021	2020
Ativo	1.138	322
Passivo	7	2.137
Patrimônio líquido	1.131	(1.815)

Como demonstrado no quadro acima, o passivo a descoberto da Rio Paraná Eclusas apresentado no exercício de 2020 foi revertido em 2021 em função de reavaliação de expectativa de risco de contratos firmados e a quitação dos valores em aberto por parte do DNIT.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2021, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providência e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo o grupo no Brasil.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas a que elas se referem. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nesta rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (vide nota explicativa nº 13.1.2).

3.3. Impairment

3.3.1. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/2000. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a opções em ações (stock option).

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram a partir de 01 de janeiro de 2021 não geraram impactos em suas demonstrações financeiras. Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).
- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/ IFRS 17)

4 Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS.

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD. Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa, debêntures, empréstimos e saldo com partes relacionadas.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.1.3. Risco cambial – dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentarem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de *hedge* para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, em razão do empréstimo mantido com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 20.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota explicativa 23.2).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures	1ª	1	Variação DI + 1,05% ao ano	–	141.434	125.807	–	267.241
Debêntures	1ª	2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	–	18.467	19.082	348.088	385.637
Debêntures	2ª	1	Variação DI + 1,20% ao ano	–	23.784	19.138	203.786	246.708
Debêntures	2ª	2	Variação IPCA + 4,63 % ao ano	–	32.860	33.955	1.161.151	1.227.966
Tokyo-Mitsubishi	–	–	DI + 0,45% ao ano	34.587	753.669	704.532	–	1.492.788
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	–	–	4,29% + Dólar	–	865.927	1.078.427	1.976.656	3.921.010
				34.587	1.836.141	1.980.941	3.689.681	7.541.350

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2021 e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 14 e 15).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia. Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise de sensibilidade

A companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo vinculado a concessão, empréstimos, debêntures e provisão para grandes reparos ao qual a Companhia está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	DI	11,36%	449.085	50.998
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	5,47%	11.410.424	624.428
			11.859.509	**675.426**
Passivos financeiros				
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	6,00	(3.244.771)	(254.382)
Provisão para grandes reparos	IPCA	5,47%	(1.145.936)	(62.711)
Provisão para grandes reparos	IGP-M	5,94%	(763.957)	(45.359)
Empréstimo Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	11,36%	(1.351.480)	(160.246)
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	11,36%	(248.742)	(31.155)
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	5,47%	(298.303)	(35.674)
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	11,36%	(162.795)	(20.662)
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	5,47%	(686.573)	(74.440)
			(7.902.557)	**(684.629)**
Total da exposição líquida			**3.956.952**	**(9.203)**

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e debêntures, ou ainda, emitindo novas ações.

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533849000141
CPF: 95616741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:33:59 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

… continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2021	2020
Empréstimos	14	1.351.480	2.025.562
Debêntures	15	1.396.413	500.057
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	20.4	3.244.771	3.625.934
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(449.152)	(167.446)
Dívida líquida		**5.543.512**	**5.984.107**
Patrimônio líquido		9.456.263	8.546.069
Total do capital		**14.999.775**	**14.530.176**
Índice de alavancagem financeira – (%)*		**37,0**	**41,2**

* Dívida líquida/Total do capital

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

5.1. Composição

	2021	2020
Caixas e bancos	67	81
Aplicações financeiras	449.085	167.365
Certificado de depósito bancário (CDB)	449.085	167.365
	449.152	**167.446**

A variação positiva se deve a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia.

5.2. Qualidade de créditos do caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2021	2020
AAA	AAA	AAA	447.723	–
–	Aaa	AA	8	–
AAA	–	AAA	–	5.107
AAA	–	–	1.420	100.638
–	–	AA	–	7
–	AA	–	1	–
(*)	(*)	(*)	–	61.694
			449.152	**167.446**

(*) Banco sem classificação rating.

6 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no ACL.

	À vencer			
	Até 90 dias	Acima de 365 dias	2021	2020
Contratos ACL	68.647	–	68.647	82.649
Contratos ACR	244.580	–	244.580	227.738
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	12.314	134	12.448	172.587
	325.541	**134**	**325.675**	**482.974**

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2021, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentadas por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno. O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 – Excelente; 2 – Bom; 3 – Satisfatório; 4 – Regular; 5 – Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa) além de contratos que preveem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segundo o *rating* interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

	2021		2020	
Rating interno	%	R$	%	R$
1 – Excelente	3,4	2.359	2,2	1.876
2 – Bom	45,5	31.251	31,1	25.683
3 – Satisfatório	38,4	26.384	57,3	47.334
4 – Regular	12,7	8.653	9,4	7.756
5 – Crítico	–	–	–	–
	100,0	**68.647**	**100,0**	**82.649**

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7 Tributos a recuperar/recolher

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

	2021	2020
Ativo		
PIS e COFINS a recuperar	–	2.258
ICMS	4.343	2.104
Outros	290	256
	4.633	**4.618**
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	265.830	210.875
PIS e COFINS a recolher	18.962	–
Outros	3.147	2.108
	287.939	**212.983**

8 Depósitos judiciais

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são atualizados monetariamente. Referem-se a questões fiscais, mais precisamente ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 e a questões trabalhistas. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofreu atualização pela taxa Selic.

	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**477.820**	**–**	**477.820**
Variações monetárias	15.996	–	15.996
Adições	–	65	65
(-) Baixas	(11)	–	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**493.805**	**65**	**493.870**

9 Ativo financeiro vinculado à concessão

9.1. Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG).

Os contratos de venda de energia serão todos comercializados no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e, a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ACL.

Do montante pago pelo direito de concessão, parcela se refere à RBO, que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Esse montante, que equivale a 65% da RBO, está classificado como ativo financeiro e é atualizado pelo IPCA, conforme Resolução Normativa nº 686, de 23 de novembro de 2015. Para os demais 35% e em função do risco de demanda, a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12.

Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como "ativos financeiros", inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

9.1.1. Composição

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	268.856	6.452.533	6.721.389	268.856	6.721.389	6.990.245
Juros e atualização monetária	850.588	3.838.447	4.689.035	932.500	2.569.123	3.501.623
	1.119.444	**10.290.980**	**11.410.424**	**1.201.356**	**9.290.512**	**10.491.868**

9.1.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.491.868
Juros e atualização monetária	1.992.571
Liquidação juros e atualização monetária	(805.159)
Liquidação principal	(268.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.410.424**

10 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Em serviço	Vida útil-econômica remanescente
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	14
Outros	4

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens. Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

10.1. Composição

	2021			2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	192	(96)	96	116	9,4%
Veículos	7.498	(2.930)	4.568	3.673	11,7%
Móveis e utensílios	2.422	(776)	1.646	1.483	4,8%
Outros	9.124	(3.523)	5.601	5.836	15,4%
	19.236	**(7.325)**	**11.911**	**11.108**	
Em curso	25.404	–	25.404	–	
	25.404	**–**	**25.404**	**–**	
	44.640	**(7.325)**	**37.315**	**11.108**	

10.2. Movimentação

Em serviço	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2021
Máquinas e equipamentos	116	–	(2)	–	(18)	96
Veículos	3.673	–	(131)	1.907	(881)	4.568
Móveis e utensílios	1.483	–	(11)	291	(117)	1.646
Outros	5.836	1.167	–	–	(1.402)	5.601
	11.108	**1.167**	**(144)**	**2.198**	**(2.418)**	**11.911**
Em curso	–	2.198	–	23.206	–	25.404
	–	**2.198**	**–**	**23.206**	**–**	**25.404**
	11.108	**3.365**	**(144)**	**25.404**	**(2.418)**	**37.315**

Com a implantação do novo ERP, a Companhia passou a segregar saldos anteriormente tratados exclusivamente como itens do intangível em contas por classe de ativos e atividades.

O efeito dessa segregação é apresentado nas colunas de transferência, tanto do imobilizado quanto do intangível conforme nota explicativa nº 11.2.

Em serviço	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2020
Máquinas e equipamentos	631	–	(486)	–	(29)	116
Veículos	3.368	–	(132)	1.228	(791)	3.673
Móveis e utensílios	468	7	–	1.182	(174)	1.483
Outros	5.906	1.101	–	–	(1.171)	5.836
	10.373	**1.108**	**(618)**	**2.410**	**(2.165)**	**11.108**
Em curso	–	2.410	–	(2.410)	–	–
	–	**2.410**	**–**	**(2.410)**	**–**	**–**
	10.373	**3.518**	**(618)**	**–**	**(2.165)**	**11.108**

11 Intangível

Os itens que compõem os ativos intangíveis da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Em serviço	Vida útil-econômica remanescente
Infraestrutura de concessão	24
Provisão para grandes reparos	24
Software	9
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	25

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

11.1. Composição

	2021			2020	
Em serviço	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de amortização
Infraestrutura de concessão	6.519.301	(2.628.455)	3.890.846	4.030.866	2,5%
Provisão para grandes reparos	2.869.469	(409.510)	2.459.959	2.259.289	3,5%
Software	19.189	(5.495)	13.694	2.464	7,6%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	147.862	(2.393)	145.469	–	3,9%
	9.555.821	**(3.045.853)**	**6.509.968**	**6.292.619**	
Em curso	2.156	–	2.156	39.352	
	2.156	**–**	**2.156**	**39.352**	
	9.557.977	**(3.045.853)**	**6.512.124**	**6.331.971**	

11.2. Movimentação

Em serviço	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2021
Infraestrutura de concessão	4.030.866	–	(31)	20.684	(160.673)	3.890.846
Provisão de grandes reparos	2.259.289	295.785	–	5.629	(100.744)	2.459.959
Software	2.464	–	–	12.696	(1.466)	13.694
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	–	147.862	–	–	(2.393)	145.469
	6.292.619	**443.647**	**(31)**	**39.009**	**(265.276)**	**6.509.968**
Em curso	39.352	27.443	(226)	(64.413)	–	2.156
	39.352	**27.443**	**(226)**	**(64.413)**	**–**	**2.156**
	6.331.971	**471.090**	**(257)**	**(25.404)**	**(265.276)**	**6.512.124**

Do valor total das adições ocorridas no exercício, o montante classificado na linha de "Em curso" R$ 7.689 se refere a licença para implementação do novo ERP, na linha de provisão para grandes reparos se refere a captação da 2ª. emissão série 2 de debêntures, conforme a nota explicativa nº 19.2 e na linha de extensão da concessão se refere ao registro do acordo do GSF conforme nota explicativa nº 1.5.

Em serviço	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Infraestrutura de concessão	4.193.329	–	(6.610)	8.412	(164.265)	4.030.866
Provisão de grandes reparos	2.180.566	163.350	–	–	(84.627)	2.259.289
Software	2.136	–	–	1.514	(1.186)	2.464
	6.376.031	**163.350**	**(6.610)**	**9.926**	**(250.078)**	**6.292.619**
Em curso	22.640	26.638	–	(9.926)	–	39.352
	22.640	**26.638**	**–**	**(9.926)**	**–**	**39.352**
	6.398.671	**189.988**	**(6.610)**	**–**	**(250.078)**	**6.331.971**

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:34:10 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

… continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Itens que compõem o intangível

11.3.1. Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, Aneel. Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11.3.2. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

11.3.3. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,

ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e

iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel, conforme nota explicativa nº 1.2.2.

12 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

12.1. Composição

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	727	4.362
Materiais e serviços contratados	37.916	33.152
Encargos de uso da rede elétrica	47.793	44.618
Tust	47.793	44.618
	86.436	**82.132**

13 Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Composição

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	12.352	–	12.352	19.253	–	19.253
P&D	37.500	36.487	73.987	21.486	44.020	65.506
TFSEE	2.614	–	2.614	4.586	–	4.586
CDE	667	–	667	–	–	–
	53.133	**36.487**	**89.620**	**45.325**	**44.020**	**89.345**

13.1.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

13.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

13.1.4. Conta de desenvolvimento energético (CDE)

Em 1 de março de 2021 a Aneel homologou a Lei nº 14.120 que rege as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para mais informações, vide nota explicativa nº 1.7.2.

14 Empréstimos

Os empréstimos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

14.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi ("Banco"), no valor de R$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais). Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passou de 13,165% a.a. para DI + 0,45%. Assim, o vencimento passou a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

14.2. Composição

			2021					
			Circulante			Não circulante		
Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.480	676.480	675.000	–	675.000
			675.000	**1.480**	**676.480**	**675.000**	**–**	**675.000**

			2020					
			Circulante			Não circulante		
Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	562	675.562	1.350.000	–	1.350.000
			675.000	**562**	**675.562**	**1.350.000**	**–**	**1.350.000**

14.3. *Vencimento*

Vencimento a longo prazo	2023	Total
Tokyo-Mitsubishi	675.000	**675.000**

14.4. *Movimentação*

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.025.562
Apropriação de juros	73.461
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(72.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.351.480**

14.5. Cláusulas restritivas ("Covenants")

14.5.1. Covenants financeiros

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, a Companhia deverá manter o índice de "Dívida Financeira Líquida Consolidada" sobre o Ebitda, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Dívida líquida/Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	1,6	2,1

14.5.2. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

15 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

15.1. Composição

				2021					
				Circulante			Não circulante		
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	8.854	128.854	120.000	(112)	119.888
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	–	8.556	8.556	240.000	49.747	289.747
2ª	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	–	(31.646)	(31.646)	195.000	(559)	194.441
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	–	14.677	14.677	650.000	21.896	671.896
				120.000	**441**	**120.441**	**1.205.000**	**70.972**	**1.275.972**

				2020		
				Não circulante		
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(524)	239.476
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	20.581	260.581
				480.000	**20.057**	**500.057**

15.2. Movimentação

	1ª Emissão		2ª Emissão		
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**239.476**	**260.581**	**–**	**–**	**500.057**
Captação de debêntures	–	–	195.000	650.000	845.000
Custos de transação	–	–	(1.118)	(20.805)	(21.923)
Capitalização de custos de transação	200	660	–	346	1.206
Capitalização de juros	13.134	17.785	–	17.452	48.371
Capitalização de variação monetária	–	27.423	–	39.580	67.003
Amortização de custos de transação	–	–	217	–	217
Apropriação de juros	–	–	7.464	–	7.464
Pagamento de juros	(4.068)	(8.146)	(38.768)	–	(50.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**248.742**	**298.303**	**162.795**	**686.573**	**1.396.413**

15.3. *Vencimento*

Vencimento a longo prazo	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Debêntures 1ª emissão série 1	119.888	–	–	–	–	**119.888**
Debêntures 1ª emissão série 2	1.131	167.075	121.541	–	–	**289.747**
Debêntures 2ª emissão série 1	373	194.068	–	–	–	**194.441**
Debêntures 2ª emissão série 2	2.081	2.081	2.081	2.081	663.572	**671.896**
	123.473	**363.224**	**123.622**	**2.081**	**663.572**	**1.275.972**

15.4. Cláusulas restritivas ("Covenants")

15.4.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

i. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;

ii. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Ebitda/Resultado financeiro ajustado	Igual ou superior a 2,0	12,76	7,82
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,89	0,98
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,29	0,28

Conforme definido em contrato, a base utilizada para o cálculo dos *covenants* é a Demonstração Financeira Regulatória (Aneel).

15.4.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vêm sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor superior a R$ 72 milhões da 1ª emissão e R$ 100 milhões da 2ª emissão;

ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings

iii. Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;

iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativos ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia – "Investidores" – "Informação para investidores".

15.5. Captação da 2ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2021 a Companhia captou R$ 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 2ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 22 de junho de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária relevantes incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1.000 composta de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) debêntures no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures, no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em dez anos, totalizando assim 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

i. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de abril de 2021;

ii. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2021 (em conjunto com as "RCAs da Companhia").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados conforme abaixo:

i. A totalidade dos recursos obtidos com a série 1 será destinada a reforço do capital de giro;

ii. A totalidade dos recursos obtidos com a série 2 será destinada para investimento, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos de grandes reparos (modernização) das usinas hidrelétricas denominadas Jupiá e Ilha Solteira, vide nota explicativa nº 19.2;

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da 2ª emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de 1ª emissão.

Os juros remuneratórios da 2ª emissão de debêntures da série 1 correspondem a 100% da taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, para a série 2 os juros serão atualizados pela variação do IPCA acrescidos de juros de 4,63% ao ano.

16 Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;

ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e

iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, em relação às ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, e cíveis, cuja classificação de perda é possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, não há provisão constituída. A seguir, composição e estimativa.

16.1. Provisões para riscos

16.1.1. Composição

	2021	2020
Regulatórias	163.195	156.264
Trabalhistas	1.420	174
Ambientais	1.053	816
	165.668	**157.254**

16.1.2. Movimentação

	Regulatórias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**156.264**	**174**	**816**	**157.254**
Provisões para riscos				
Provisões	–	1.213	75	1.288
Variações monetárias	6.931	33	162	7.126
	6.931	**1.246**	**237**	**8.414**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**163.195**	**1.420**	**1.053**	**165.668**

	Regulatórias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**152.376**	**–**	**690**	**153.066**
Provisões para riscos				
Provisões	–	169	–	169
Variações monetárias	4.274	5	126	4.405
Acordos/pagamentos	(386)	–	–	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**156.264**	**174**	**816**	**157.254**

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

b) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, a Rio Paraná em razão do Acordo Judicial firmado com a CESP em Ação de Obrigação de Fazer, a qual se discutia a assunção da gestão e manutenção do zoológico. A partir de janeiro de 2020 a Rio Paraná assumiu a gestão do Zoológico. Pendente o ressarcimento do saldo do valor envolvido de R$ 903, relativo a valores incorridos pela CESP. Além disso, foi celebrado Acordo Judicial com o Ministério Público Federal de Andradina em Ação Civil Pública envolvendo a manutenção da gestão e operação do Zoológico até 2025, bem como o pagamento do valor atualizado de R$ 150, condicionada a renovação da Licença de Operação da UHE Jupiá.

c) Regulatórias

Valor referente ao diferencial de alíquota PIS/COFINS entre o regime cumulativo e não cumulativo composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615174872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:34:20 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

… continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Contingências possíveis

	2021	2020
Ambientais	1.251.648	1.063.095
Fiscais	499.028	478.578
Trabalhistas	11.044	11.854
Cíveis	4.781	3.920
	1.766.501	**1.557.447**

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a:

i. ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados;
ii. cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
iii. manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
iv. supostos prejuízos causados aos pescadores;
v. cumprimento de Programas Ambientais. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:

• 523 Ações Civis Públicas – movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:
i. recuperação da Área de Preservação Permanente – ("APP");
ii. a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
iii. pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

• Ação Civil Pública ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26/07/2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE Jupiá em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a mortandade de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização. Em primeira instância o processo foi julgado em desfavor da Confederação, tendo sido revertida a decisão em segunda instância, para que seja reiniciada a produção de provas. Desta decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial no STJ. Aguarda-se julgamento, pelo STJ, de recursos das partes sobre prescrição e distribuição do ônus da prova. O valor atualizado é de R$ 1.239.292.

• A Rio Paraná recebeu em 2021 2 Autos de Infração lavrados pelo IMASUL e IBAMA, respectivamente, totalizando de R$ 5.835, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativo a baixos níveis do reservatório da UHE Jupiá, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio – MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em ambos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais.

• A Rio Paraná também recebeu em 2021 uma Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS ("Ação Peixamento"), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHE's Jupiá e Ilha Solteira. O Processo encontra-se suspenso a pedido das partes. O valor atualizado é de R$ 5.305.

b) Fiscais

• Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Administração, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possível e o valor total envolvido neste caso considerando dezembro de 2021 é de R$ 493.783.

• Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor para 31 de dezembro de 2021 é de R$ 4.397.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R$ 11.044. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes do arquivamento de ações trabalhistas no período.

d) Cível

Em 31 de dezembro 2021, as contingências cíveis com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R$ 4.781. As variações na rubrica de contingências são decorrentes de processos cíveis.

17 Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.

	Saldo em 2020	Dividendos interme-diários/propostos	Dividendos pagos	Saldo em 2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	–	275.592	(269.358)	6.234
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	–	137.794	(134.677)	3.117
	–	**413.386**	**(404.035)**	**9.351**

18 Juros sobre capital próprio a pagar

O Estatuto Social da Companhia prevê que o montante de JSCP, pode ser deduzido do total de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado. A distribuição é feita para os acionistas da Companhia sendo reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados.

	Saldo em 2020	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldo em 2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	379.968	226.668	(379.969)	226.667
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	189.982	113.332	(189.981)	113.333
	569.950	**340.000**	**(569.950)**	**340.000**

19 Provisão para grandes reparos

Com base em estimativas de engenheiros e administração foi provisionado o valor total que se espera despender nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário a viabilização do projeto.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

Trimestralmente as provisões são revistas e sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso precisem ser atualizadas, tais efeitos serão refletidos nos livros contábeis e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

19.1. Composição

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	302.027	3.970.004	4.272.031	323.205	3.102.993	3.426.198
(-) Ajuste a valor presente	(34.747)	(2.327.391)	(2.362.138)	(256.070)	(1.713.701)	(1.969.771)
	267.280	**1.642.613**	**1.909.893**	**67.135**	**1.389.292**	**1.456.427**

19.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.426.198**	**(1.969.771)**	**1.456.427**
Realização de provisão	(253.269)	–	(253.269)
Recurso parcial de debêntures	295.785	–	295.785
Atualização	803.317	–	803.317
Amortização – Ajuste a valor presente	–	(392.367)	(392.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.272.031**	**(2.362.138)**	**1.909.893**

A Companhia utilizou inicialmente parte do recurso captado na 2ª emissão série 2 de debêntures para gastos provenientes a grandes reparos (modernização), conforme previsto e destacado na nota explicativa nº 15.5.

20 Partes relacionadas

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

20.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo para administradores	4.174	4.074
Benefícios pós-emprego	180	152
	4.354	**4.226**

20.2. Composição

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

• Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel nº 2.756/2018.

• Contrato de prestação de serviços administrativos junto a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho nº 2.756/2018. A partir de 01 de novembro de 2021 os serviços prestados pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. passaram a integrar o contrato de compartilhamento de despesas, junto a CTG BR, conforme Despacho Aneel nº 3620/2021. Com esse aditivo, a partir de dezembro de 2021, a CTG BR assumiu as atividades antes prestadas pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.

	2021				2020		
	Ativo	Passivo			Passivo		
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	–	5.463	–	5.463	4.068	–	4.068
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	–	–	–	–	2.138	–	2.138
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	–	–	–	370	–	370
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	–	–	–	–	–	–
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	–	663.790	2.580.981	3.244.771	621.592	3.004.342	3.625.934
	60.537	**669.253**	**2.580.981**	**3.250.234**	**628.168**	**3.004.342**	**3.632.510**

20.3. Resultado

	2021				
	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	–	–	(42.547)	–	(42.547)
Rio Verde Energia S.A.	–	(16.565)	–	–	(16.565)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	–	–	(4.322)	(4.322)
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	(60.018)	–	–	519
	60.537	**(76.583)**	**(42.547)**	**(4.322)**	**(62.915)**

	2020			
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	–	(45.580)	–	(45.580)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(29.700)	–	–	(29.700)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	–	(4.511)	(4.511)
	(29.700)	**(45.580)**	**(4.511)**	**(79.791)**

20.4. *Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L*

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% ao ano em 2016 e de 4,29% ao ano, a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2021 em dólar foi de R$ 5,5805, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil.

Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros porém prolongando o valor de vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de $ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para $ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

20.4.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.625.934**
Pagamento de principal	(607.622)
Pagamento de juros	(166.347)
Apropriação de juros	177.044
Variação cambial	228.637
Imposto de renda	(12.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.244.771**

No dia 20 de maio de 2021 a Companhia realizou o pagamento de juros e principal do empréstimo de partes relacionadas com a empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

21 Patrimônio líquido

21.1. Capital social

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido.

21.2. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2021 e 2020

	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	**100,00**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

21.3. Reserva legal e destinação de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente.

21.4. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

21.5. Destinação dos lucros acumulados no exercício

		2021	2020
Lucro líquido do exercício		**1.723.580**	**1.135.361**
Constituição da Reserva legal		86.179	56.768
Base de calculo dos dividendos		**1.637.401**	**1.078.593**
Distribuições			
Dividendos		413.386	–
JSCP		400.000	380.000
		813.386	**380.000**
Distribuições mínimas obrigatória (25%)		409.351	269.648
Distribuições adicionais		404.035	110.352
Deliberação	**Provento**	**R$ mil**	**R$**
RCA de 10/12/2021	Juros sobre capital próprio	400.000	0,00006
AGE de 24/11/2021	Dividendos	404.035	0,00006
AGE de 18/12/2020	Juros sobre capital próprio	380.000	0,00005

22 Receita operacional líquida

22.1. Reconhecimento da receita

22.1.1. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos, reembolsos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

22.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada- ACL

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

22.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada- ACR

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão

Reembolsos da TUST, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e P&D: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

22.1.4. Receita de ativos financeiros

Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.

Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:34:42 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

… continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	928.650	894.061
Contratos ACR	1.305.070	1.234.733
Mercado de curto prazo (MCP)	116.868	131.131
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.405	12.386
	2.351.993	**2.272.311**
Receita de ativos financeiros		
Juros e atualização monetária	1.992.571	1.433.205
	1.992.571	**1.433.205**
Total receita operacional bruta	**4.344.564**	**3.705.516**
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(325.119)	(314.523)
ICMS	(3.431)	(4.251)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(9.081)	(8.715)
	(337.631)	**(327.489)**
Receita operacional líquida	**4.006.933**	**3.378.027**

Em divulgações anteriores a receita de contratos de ACR e os reembolsos (citados no comentário acima) eram divulgados separadamente. Para 2021 estamos divulgando pelo valor líquido para representar somente o que são receitas operacionais de energia, excluindo assim os reembolsos.

23 Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

23.1. Energia vendida

	2021		2020	
	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
Contratos ACL	4.996.822	928.650	5.438.673	894.061
Contratos ACR	15.596.787	1.305.070	15.285.594	1.234.733
Mercado de curto prazo (MCP)	292.796	116.868	440.256	131.131
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	120.265	1.405	999.951	12.386
	21.006.670	**2.351.993**	**22.164.474**	**2.272.311**

(*) Não revisados pelos auditores independentes

23.2. Energia comprada

	2021		2020	
	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
Contratos bilaterais	263.481	89.258	512.470	128.071
Mercado de curto prazo (MCP)	371.426	163.619	84.342	23.327
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	617.109	10.155	185.197	3.441
(-) Crédito de PIS	–	(4.416)	–	(3.228)
(-) Crédito de COFINS	–	(20.342)	–	(14.868)
	1.252.016	**238.274**	**782.009**	**136.743**

(*) Não revisados pelos auditores independentes

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	2021	2020
Tust	174.815	162.723
Tusd	3.964	2.990
Encargos de conexão	34	53
(-) Crédito de PIS	(2.926)	(2.720)
(-) Crédito de COFINS	(13.477)	(12.528)
	162.410	**150.518**

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

24 Resultado financeiro

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações cambiais, juros sobre empréstimos, partes relacionadas e ajuste a valor presente.

	2021	2020
Receitas		
Aplicações financeiras	30.346	29.558
Variações monetárias	30.165	11.738
Depósitos judiciais	15.996	11.738
Inadimplência CCEE	14.169	–
Variação cambial ativa	487.961	664.959
Compensação financeira	4.602	–
Outras receitas financeiras	344	1.416
	553.418	**707.671**
Despesas		
Juros	(257.969)	(342.773)
Juros sobre debêntures	(7.464)	–
Juros sobre empréstimos	(73.461)	(77.724)
Juros sobre partes relacionadas	(177.044)	(265.049)
Juros outros	(306)	(2.112)
Variação cambial passiva	(716.598)	(1.692.397)
Variações monetárias	(8.665)	(5.562)
Provisões para riscos	(7.126)	(4.405)
Outras	(1.539)	(1.157)
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos	(410.950)	276.960
Outras despesas financeiras	(1.715)	(1.002)
	(1.396.203)	**(1.766.886)**
	(842.785)	**(1.059.215)**

Como mencionado anteriormente, o país enfrentou em 2021 uma crise hídrica sem precedentes, que reduziu o despacho da ONS para as geradoras hidrelétricas e aumentou o despacho das usinas térmicas que por sua vez provocaram elevação no preço da energia no curto prazo (PLD).

Dentro desse contexto, a Companhia efetuou diversas compras de energia durante o ano, visando mitigar parte dos impactos negativos do cenário hidrológico. Uma dessas contrapartes solicitou à Companhia uma renegociação acerca dos compromissos contratados de entrega de energia comprada para o período. A partir dessa solicitação, houve renegociação de volumes, preços e prazos originalmente contratados e, em contrapartida a esse não cumprimento contratual, a Companhia recebeu uma compensação financeira no valor de R$ 5.071 (no quadro apresentado líquidos de Pis/Cofins).

Ainda acerca dessa renegociação, se considerados todos os anos de contrato com essa contraparte, o resultado a valor presente foi benéfico para a Companhia e evitou uma perda muito maior caso a contraparte efetivamente não honrasse o compromisso original.

Vale ressaltar que tivemos somente esse caso de renegociação e que, caso a Companhia não tivesse implementado ações mitigatórias dessa natureza, teria um impacto negativo de maior proporção efetuando as compras de energia junto à CCEE no MCP. Adicionalmente, a Administração revisitou os processos de Risco de Portfólio e de Crédito, no sentido de torná-los ainda mais robustos.

25 Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

25.1. *Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido*

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**2.393.360**			**1.515.040**	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	**(598.340)**	**(215.402)**	**(813.742)**	**(378.760)**	**(136.354)**	**(515.114)**
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	100.000	36.000	136.000	95.000	34.200	129.200
Equivalência patrimonial de controlada	482	174	656	(108)	(39)	(147)
Doações Incentivadas	11.140	–	11.140	9.161	–	9.161
Incentivos fiscais	24	–	24	944	–	944
Outras (adições) permanentes, líquidas	(2.947)	(1.072)	(4.019)	(2.862)	(1.030)	(3.892)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**(489.641)**	**(180.300)**	**(669.941)**	**(276.625)**	**(103.223)**	**(379.848)**
IRPJ e CSLL correntes	291.627	109.014	400.641	244.313	91.591	335.904
IRPJ e CSLL diferidos	198.014	71.286	269.300	32.312	11.632	43.944
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**489.641**	**180.300**	**669.941**	**276.625**	**103.223**	**379.848**
Ajustes correntes – exercícios anteriores	(96)	(65)	(161)	(174)	5	(169)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	**489.545**	**180.235**	**669.780**	**276.451**	**103.228**	**379.679**
Alíquota efetiva	**20,5%**	**7,5%**	**28,0%**	**18,3%**	**6,7%**	**25,1%**

25.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	232.088	83.552	315.640	211.943	76.299	288.242
Provisões para grandes reparos	148.110	53.320	201.430	24.162	8.698	32.860
Provisões para riscos	6.883	2.478	9.361	5.150	1.854	7.004
Efeitos da outorga	2.907	1.046	3.953	1.126	405	1.531
Participação nos lucros e resultados	2.072	746	2.818	1.943	699	2.642
Amortização de direito de uso	174	63	237	146	53	199
Outras provisões	1.419	511	1.930	1.606	578	2.184
Total	**393.653**	**141.716**	**535.369**	**246.076**	**88.586**	**334.662**
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos da outorga	(1.052.806)	(379.010)	(1.431.816)	(747.580)	(269.129)	(1.016.709)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(36.369)	(13.092)	(49.461)	–	–	–
Juros sobre depósito vinculado	(19.491)	(7.017)	(26.508)	(15.492)	(5.577)	(21.069)
Total	**(1.108.666)**	**(399.119)**	**(1.507785)**	**(763.072)**	**(274.706)**	**(1.037.778)**
Imposto diferido líquido	**(715.013)**	**(257.403)**	**(972.416)**	**(516.996)**	**(186.120)**	**(703.116)**

A Companhia tem a expectativa de exigibilidade e de (realização) do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(734.543)	(830.847)	(956.861)	(1.182.435)	(1.418.246)	4.150.516	**(972.416)**

26 Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	1.723.580	1.135.361
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,24572	0,16186

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

27 Instrumentos financeiros

27.1. *Instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

27.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

27.1.2. Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

27.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.2. *Mensuração do valor justo na data da aquisição*

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

27.3. *Instrumentos financeiros no balanço patrimonial*

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2021 Valor contábil	2021 Valor a mercado	2020 Valor contábil	2020 Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	67	67	81	81
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	449.085	449.085	167.365	167.365
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	325.675	325.675	482.974	482.974
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	60.537	60.537	–	–
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	Nível 2	11.410.424	11.410.424	10.491.868	10.491.868
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	493.870	493.870	477.820	477.820
			12.739.658	**12.739.658**	**11.620.108**	**11.620.108**
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	86.436	86.436	82.132	82.132
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	89.620	89.620	89.345	89.345
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	3.250.234	3.250.234	3.632.510	3.632.510
Provisões para grandes reparos	Custo amortizado	Nível 2	1.909.893	1.909.893	1.456.427	1.456.427
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	1.351.480	1.351.480	2.025.562	2.025.562
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.396.413	1.447.072	500.057	554.396
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	340.000	340.000	569.950	569.950
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	9.351	9.351	–	–
			8.433.427	**8.484.086**	**8.355.983**	**8.410.322**

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2021 e 2020. Porém a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

28 Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2021 a 04/08/2022	1.000.000
Lucro cessante	04/08/2021 a 04/08/2022	701.032
Responsabilidade civil	04/08/2021 a 04/08/2022	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2021 a 08/12/2022	150.000
Risco cibernético	08/09/2021 a 08/09/2022	20.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95815741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:34:55 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 37CFB006-1853-4868-B8F8-4453E93ABD1B

CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

… continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Transação não caixa

	2021
Recurso parcial de debêntures alocado em provisão de grandes reparos	295.785

30 Compromissos

30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2028, comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2046 e contratos de compra até dezembro de 2026.

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Jose Renato Domingues
Conselheiro

Cao Xingyang
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior
Contador – CRC PR-068.461/O-1

Declaração do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Conselho de Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e com as Demonstrações Financeiras Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Membro do Conselho de Administração

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Evandro Leite Vasconcelos // Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente // Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

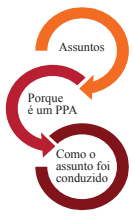
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Ativo financeiro vinculado a concessão (Nota 9)

Parte do montante pago pelo direito de concessão possui previsão contratual de desembolsos fixos e garantidos pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Essa parcela é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, em função do risco de demanda existente para a sua realização, é classificada como ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R$ 11.410.424 mil.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelo financeiro, com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos o modelo financeiro e correspondentes dados e premissas, bem com os cálculos desenvolvidos, a fim de confirmar a acuracidade dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Provisão para grandes reparos (Nota 19)

Com base em estimativas do departamento de Engenharia, a diretoria provisiona o valor que espera despender com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras, dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa provisão demonstrada no passivo circulante e não circulante totalizou R$ 1.909.893 mil.

A determinação da provisão é complexa visto que depende de experiências passadas e das poucas referências no mercado para comparação de valores. Adicionalmente, o valor da provisão envolve estimativas quanto a gastos a serem incorridos em longo prazo, com cronograma que pode sofrer alterações, bem como a confirmação dessas estimativas de valores é realizada apenas após os geradores serem desmontados. Portanto, os valores podem variar de forma relevante.

Em decorrência da relevância dos valores envolvidos e do descrito acima, consideramos essa área como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Entendimento dos critérios e premissas utilizados para a mensuração dos saldos provisionados e conferência matemática dos cálculos efetuados. Discussão com o departamento de engenharia e com a diretoria, conforme apropriado, sobre o andamento do projeto, os motivos que determinaram revisões nos gastos a incorrer e no cronograma da obra.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são razoáveis para a determinação da provisão para grandes reparos, e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas dos engenheiros e da diretoria.

Porque é um PAA

Provisões para riscos e contingências passivas (Nota 16)

A Companhia apresenta provisões para riscos decorrentes de processos tributários e, principalmente, passivos contingentes relativos a questões ambientais e tributárias, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos. Para as questões ambientais, as Ações Civis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dada a natureza e o estágio dos processos, a diretoria, com o apoio de seus assessores jurídicos, nem sempre consegue estimar com razoável segurança o valor das causas, embora consiga efetuar o prognóstico se a perda é provável, possível ou remota. Dadas as inerentes limitações em processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e a divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a diretoria e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formais desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoriadiretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA 029.904/O-5

www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 22:35:05 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482DB29CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/